

AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS S.A.

Demonstrações Financeiras e Parecer do Conselho Fiscal do Exercício 2012

24.14
. " .
20%
25.5
A11.
e tig
Z .
e e e e e e e e e e e e e e e e e e e
· · ·
•
e .
at a
2
A.
7.
2.5
e ⁿ
**
."
<i>/</i> "
,
· .
7.
2 -
~~
,
,
1
e ^{ee}
w .
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
2.
er e
* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *

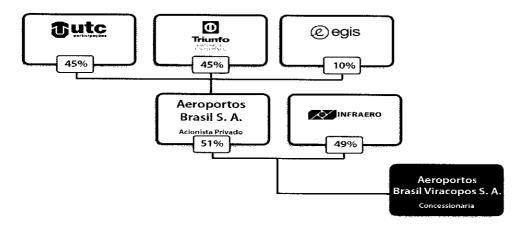


Senhores Acionistas,

A Administração da Aeroportos Brasil Viracopos S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

Apresentação

A Aeroportos Brasil Viracopos S.A. (VIRACOPOS ou Concessionária), empresa formada pela associação de três grupos privados TPI — Triunfo Participações e Investimentos S.A., UTC Participações S.A. e Egis Airport Operation (Aeroportos Brasil S.A.) com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária S.A. - Infraero, na forma ilustrada abaixo, firmou com a Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC, em 14 de junho de 2012, Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas (Aeroporto).



O referido contrato, que tem por objeto a concessão dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto pelo período de 30 anos (podendo ser prorrogado por até 5 anos para fins de reequilíbrio econômico-financeiro), estabelece direitos e deveres das partes, podendo ser destacado:

Deveres da Concessionária:

- a) Pagamento de Contribuição Fixa e Variável (Outorga). A primeira, no valor de R\$ 127,4 milhões por ano e a segunda, um percentual aplicado sobre a receita bruta anual da Companhia (mínimo de 5% e máximo de 7%);
- Assegurar a adequada prestação do serviço concedido conforme a demanda existente e de acordo com o estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA;

N

M

- c) Ter assegurada a capacidade do sistema de pistas pela autoridade competente;
- d) Executar serviços e programas de gestão bem como fornecer treinamento a seus empregados, com vistas à melhoria dos serviços e à comodidade dos usuários com o objetivo de atendimento do PEA;
- e) Executar os investimentos e serviços de sua responsabilidade, nos termos e prazos estabelecidos no PEA.

Deveres do Poder Concedente:

- a) Aprovar os projetos, planos e programas relativos à implantação do Aeroporto, bem como exigir as modificações que se revelarem necessárias para o atendimento do PEA;
- b) Regulamentar a prestação dos serviços no Aeroporto, sua operação e manutenção;
- c) Fiscalizar a boa qualidade dos serviços, bem como receber a apurar manifestações e reclamações dos usuários;
- d) Acompanhar e apoiar com os melhores esforços a Concessionária nas ações institucionais junto aos órgãos competentes.

O Contrato de Concessão também definiu as fases de implementação da Concessão, que são:

- Fase I-A: fase de transferência das operações do Aeroporto, da Infraero para a Concessionária;
- Fase I-B: fase de ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível dos serviços;
- Fase I-C: demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto, para manutenção do nível de serviço estabelecido no PEA; e
- Fase II: demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA.

As atividades executadas por VIRACOPOS em 2012 constaram das Fases I-A e I-B.

A Fase l-A foi subdividida em 3 estágios. Foi durante o Estágio 1, que compreendeu o período de 11/07/2012 (data de eficácia do Contrato de Concessão) a 10/08/2012, que a Concessionária preparou e apresentou à ANAC o Projeto Básico da construção do novo terminal de passageiros e o seu Plano de Transferência Operacional - PTO, demonstrando sua capacidade de analisar e compreender a operação aeroportuária, visando à transferência sem interrupções de acordo com um cronograma de implantação e à avaliação e melhoria da segurança operacional.

O início do Estágio 2 deu-se com a aprovação do PTO pela ANAC. Durante este estágio, com duração de três meses (13/08/2012 a 13/11/2012), coube à Infraero continuar a executar suas atividades, sendo assistida pelos prepostos da Concessionária. A guarda dos bens integrantes do Aeroporto bem como as despesas e receitas permaneceram sob a responsabilidade da Infraero. Durante essa fase, a Concessionária executou e concluiu um total de 63 projetos de melhoria do aeroporto (obrigações de transição), apresentou à ANAC o Manual de Operações, Plano de Transição de Recursos Humanos, Plano de Cargos e Salários e o Plano de Comunicação e Informação, realizou o inventário dos bens constantes do complexo aeroportuário e das mercadorias estocadas no Terminal de Carga, implantou as interfaces do ERP com os sistemas da

Jr.

Infraero, iniciou a contratação de novos prestadores de serviços, dentre outros. Também, VIRACOPOS e Infraero trabalharam em conjunto na sub-rogação de contratos comerciais.

No dia 14 de novembro de 2012, às 00:00h, foi dado o início do Estágio 3, quando a Concessionária assumiu efetivamente a operação do Aeroporto. Durante este estágio, com duração de 3 meses, a Concessionária executou e concluiu outros 38 projetos de melhoria que, somados aos projetos do Estágio 2, totalizaram 121 obrigações de transição, sendo 35 operacionais/regulatórias, 61 de melhoria e 25 de gerenciamento de riscos. Todos os projetos foram acompanhados ao longo de 17 reuniões da Equipe de Gestão da Transição, 9 reuniões do Comitê de Transição, 24 Relatórios Executivos Semanais (baseados na análise de mais de 3.000 Relatórios de Status de Projeto) e 5 Relatórios Fotográficos Mensais (cerca de 100 fotografias). Nesse período, a Infraero, por meio de seus prepostos, acompanhou as atividades assumidas por VIRACOPOS. Desde 14/11/2012, todas as despesas e receitas incidentes sobre as atividades do Aeroporto são de responsabilidade da Concessionária. Foi também durante esse estágio que a Concessionária dimensionou e preencheu seu quadro de pessoal, tanto com contratações no mercado quanto com empregados oriundos da Infraero.

A Fase 1-B, por sua vez, com início também em 11/07/2012, foi marcada pelo início das obras de ampliação do Aeroporto e adequação da infraestrutura para recomposição total do nível de serviço estabelecido no PEA.

E é justamente o PEA que detalha e especifica o objeto da concessão, prevê os elementos aeroportuários obrigatórios, estabelece as especificações mínimas requeridas para os terminais de passageiros, investimentos iniciais para melhoria da infraestrutura, nível de serviços e indicadores de qualidade dos serviços, dentre outras. No âmbito do PEA, VIRACOPOS apresentou à ANAC o Projeto Básico do novo terminal de passageiros, o Plano de Qualidade dos Serviços - PQS e o Plano de Gestão da Infraestrutura - PGI, este último contendo o *Master Plan* do Aeroporto, concebido para suportar o crescimento do processamento de carga e passageiros estimado para todo o período da Concessão.

De acordo com o PEA, a Concessionária terá de realizar os seguintes investimentos, no prazo máximo de 22 meses, contados de 11/07/2012. Ou seja, até 12/05/2014, VIRACOPOS fará as estruturas abaixo mencionadas, plenamente operacionais e providas de todos os sistemas permanentes para atendimento aos usuários:

- Novo terminal de passageiros com área para processar pelo menos 1.550 passageiros domésticos em Hora Pico durante o embarque e 1.550 passageiros em desembarque e vias terrestres associadas;
- Acesso viário correspondente e estacionamento de veículos;
- Área de pátio para aeronaves equivalente à adequada para atender pelo menos 35 aeronaves Código C, sendo que ao menos 28 posições de estacionamento deverão possuir pontes de embarque.

Em 2012, durante as atividades desenvolvidas no âmbito das Fases 1-A e 1-B, VIRACOPOS contou com a prestação de serviços de consultoria de empresas líderes em suas respectivas áreas de atuação, tais como:

Munich Airport: suporte na elaboração do PTO e na gestão da operação;

1

1/h

- PricewaterouseCoopers: Contratos e estratégia comercial;
- NACO Netherlands Airports Consultants: Projeto do Master Plan do aeroporto;
- Deloitte e HayGroup: Modelagem organizacional, recursos humanos e treinamento;
- KPMG e Falcão Bauer: Avaliação dos ativos concedidos;
- TigerLog: Mapeamento dos processos de logística de carga;
- Egis Airports: Planos e auditorias de qualidade de serviços;
- Masada: Participação na elaboração do Plano de Gestão da Infraestrutura PGI;
- Ernst & Young Terco: Diagnósticos contábeis;
- CPEA/WALM/FLORESTEC: Licenciamento ambiental.

Desempenho operacional

Em 2012, o complexo aeroportuário de Viracopos, administrado pela Infraero de 1/1/2012 a 13/11/2012 e pela Concessionária, de 14/11/2012 a 31/12/2012, processou:

- 8,9 milhões de passageiros, registrando um incremento de 17,1% sobre 2011. Foi a maior taxa de crescimento dentre os principais aeroportos brasileiros, ficando um pouco acima dos 17,0% obtidos pelo Aeroporto do Galeão. A terceira maior taxa de crescimento ficou com o Aeroporto de Confins, com 9,0%;
- 251.281 toneladas de carga, sendo 163.221 de importação, 84.833 de exportação e 3.227 de carga nacional. No agregado, houve um decréscimo de 14,6% em relação a 2011, quando o Aeroporto processou 294.097 toneladas. Mesmo com esta redução, o faturamento desta atividade cresceu 15% em 2012, em função, principalmente, do maior valor agregado das importações e da desvalorização do real;
- 115.544 movimentos de aeronaves (Aircraft Total Movement ATM), 15,6% acima dos movimentos verificados em 2011. Cerca de 90% dos movimentos de 2012 decorreram de pousos e decolagens nacionais.

A Concessionária encerrou 2012 com 674 colaboradores em seus quadros, sendo 143 contratados no mercado e 531 oriundos da Infraero. O quadro abaixo ilustra a composição deste contingente por área de atuação:

Área de atuação	Colaboradores em 31/12/2012
Administração	22
Administrativo/Financeiro	95
Comercial	18
Engenharia/Manutenção	56
Operação	483
Total	674

Em 2012, VIRACOPOS capacitou e treinou centenas de colaboradores nas áreas de atendimento aeroportuário, sistemas, gestão de cargos e remuneração, Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional – SGSO, Segurança da Aviação Civil – AVSEC (de acordo

1

Zir.

com o Programa Nacional de Instrução em Segurança da Aviação Civil -PNIAVSEC), direção defensiva em aeroporto, segurança de carga, dentre outros.

Desempenho Econômico

Desde sua instalação no Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas em maio de 2012 até 13/11/2012, VIRACOPOS realizou despesas para manter sua equipe de trabalho e pagamento de consultorias e iniciou seu programa de investimentos. Custeou estes gastos com recursos provenientes dos aportes dos sócios e das receitas de aplicações financeiras.

A partir de 14 de novembro de 2012, receitas e despesas da operação do complexo aeroportuário de Viracopos passaram a ser de responsabilidade da Concessionária e desde então integram seus demonstrativos financeiros e contábeis. Os quadros abaixo mostram os resultados das principais contas de VIRACOPOS em 2012, considerando os respectivos trimestres:

Valores em R\$ milhões

Principals indicadores	ILTRIM	ili TRIM	IVTRIM	2012
Receita Operacional Bruta (*)	0,0	0,0	47,2	47,2
Deduções (ISS/PIS/COFINS)	0,0	0,0	(6,7)	(6,7)
Custos e Despesas Operacionais (*)	(0,7)	(10,1)	(28,7)	(39,5)
Resultado Operacional (*)	(0,7)	(10,1)	11,8	1,0
Resultado Financeiro	0,3	1,6	(45,1)	(43,2)
Receitas	0,3	1,6	2,3	4,2
Despesas	0,0	0,0	(47,4)	(47,4)
Resultado Líquido após IRPJ e CSLL	(0,4)	(8,5)	(22,5)	(31,4)

^(*) Sem efeitos do registro da outorga e considerando receitas e despesas exclusivamente da operação do complexo aeroportuário.

Merece ser destacado:

a) As receitas operacionais do exercício de R\$ 47,2 milhões referem-se às receitas do Aeroporto de 14/11/2012 a 31/12/2012, assim compostas:

Receitas Operacionais	Comp. %
Carga	71,2
Aeronáuticas	24,2
Comerciais	4,6
Total	100,0%

- b) Os custos e despesas operacionais, por sua vez, da ordem de R\$ 39,5 milhões, incluem os pagamentos de pessoal (orgânicos + em contratação: R\$ 19,2 milhões), serviços terceirizados (R\$ 10,6 milhões), despesas administrativas e consultorias (R\$ 4,5 milhões), seguros (R\$ 2,8 milhões) e repasses à Infraero por conta de compensação de receitas e despesas quando da passagem do Estágio 2 para o Estagio 3 do Contrato de Concessão (R\$ 2,4 milhões);
- c) Embora tenha obtido um resultado operacional positivo de R\$ 1,0 milhão, sem considerar os efeitos da outorga, a Concessionária registrou prejuízo de R\$ 31,4 milhões em 2012, em

J

1. K

decorrência, principalmente, do registro de despesa para pagamento de outorga à União, no valor de R\$ 47,4 milhões, cuja memória de cálculo está apresentada na Nota Explicativa 14 das Demonstrações Financeiras;

Valores em R\$ milhões

Principals indicadores	II TRIM .	: III TRIM	IV TRIM	2012
Aportes de Capital	43,6	183,2	90,2	317,0
Empréstimos e Financiamentos	0,0	0,0	50,0	50,0
Investimentos	3,1	51,3	270,6	324,9
Disponibilidades de Caixa	37,2	176,3	109,6	109,6

- d) O aporte de capital dos sócios de VIRACOPOS na Concessionária foi de R\$ 317,0 milhões em 2012, correspondendo a 73% do capital social mínimo estabelecido no Estatuto Social;
- e) Estes recursos financiaram as despesas e os investimentos iniciais de VIRACOPOS. Em 2012, foram investidos R\$ 324,9 milhões, incluindo:
 - Obras emergenciais na atual infraestrutura do Aeroporto, tais como reforma e ampliação de sanitários, ampliação de áreas para sala de embarque de passageiros, construção de novos estacionamentos, etc.: (R\$ 52,4 milhões);
 - A novas obras da Fase I-B, incluindo o início da construção de novo Terminal de Passageiros com capacidade para processar 14,0 milhões/passageiros/ano, edifício-garagem para 4 mil veículos e vias de acesso: (R\$ 239,6 milhões);
 - Licenciamento ambiental: a Concessionária investiu R\$ 10,4 milhões, sendo R\$ 6,8 milhões no Fundo Especial de Despesa para a Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, da CETESB e R\$ 3,6 milhões na contratação de serviços de consultoria especializada;
 - Projetos de engenharia, consultorias e execução de obras de sondagem (R\$ 19,6 milhões); e
 - Máquinas e equipamentos, processamento de dados, móveis, veículos, benfeitorias e outros: R\$ 2,9 milhões.
- f) Em 31 de dezembro de 2012, VIRACOPOS mantinha disponibilidade de caixa de R\$ 109,6 milhões.

Merece destacar, ainda, que em 9 de outubro de 2012, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES enquadrou o projeto de expansão do complexo aeroportuário de Viracopos para análise da viabilidade de apoio financeiro na modalidade de operação mista (*Project Finance* Indireto, por meio de Agente(s) Financeiro(s), e *Project Finance* Direto) e, em 27 de novembro de 2012, aprovou, através da Decisão nº 1283/2012, a operação de empréstimo-ponte para a Concessionária, no valor de R\$ 1.192.137 mil.

Já em 26 de dezembro de 2012, BNDES e VIRACOPOS celebraram o Contrato de Financiamento nº 12.2.1283.1, referente ao empréstimo-ponte no valor acima mencionado, para financiar parte dos investimentos realizados e a serem realizados de julho de 2012 até dezembro de 2013, todos relativos à Fase I-B do Contrato de Concessão. Em 28 de dezembro de 2012, o BNDES fez o primeiro desembolso no valor de R\$ 50,0 milhões.

Em 30 de agosto de 2012, VIRACOPOS obteve junto à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB a Licença Ambiental de Instalação n. 2126, para a implantação no novo

of the

Terminal de Passageiros, áreas de taxiamento, pátio de aeronaves, novas áreas de estacionamento, obras de infraestrutura básica e vias de acesso internas.

Gestão e Planejamento Empresarial

Em 2012, a Concessionária realizou reuniões da sua Diretoria, do Conselho Fiscal, que é permanente, e do Conselho de Administração, onde foram tratados os assuntos das respectivas competências. Em reunião de 11 de maio de 2012, o Conselho de Administração nomeou os Diretores de VIRACOPOS e em 23 de outubro de 2012 aprovou o Plano de Negócios da Concessionária para todo o período da Concessão (30 anos) e o Orçamento para o exercício fiscal de 2013.

Campinas, 23 de março de 2013.

A Administração.

Enio de Carvalho
CRC RI 040600/0-0
CPF 502.812.597-04

Roberto Figueiredo Glimarães biretor Administrativo Financeiro Seroportos Brasil Viracoros S.A.



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Aeroportos Brasil Viracopos S.A., em cumprimento às disposições legais e às disposições estatutárias da empresa, examinou a proposta da administração relativa ao aumento de Capital a ser submetido ao Conselho de Administração, solicitando aumento de R\$161.487.000,00 (cento e sessenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil reais), com emissão de 161.487.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinaram pela aprovação da referida proposta da Administração para o aumento de Capital.

Campinas, 07 de março de 2013.

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto

Bruno Shigueyoshi Oshiro

Eduardo Portela Pascoa

<i></i>
*
per ex
13.5
2.5%
214
-
~
e e
200
."
20.5
_
2°
-
<i>-</i>
1 5
e.
1.5
14
`
1
e -
- /
200
1.7%
<i>"</i> .
J.
e *

Demonstrações Financeiras Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

31 de dezembro de 2012 com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Índice

. 1
. 3
. 6
7
. 8
9
10



Condominio São Luiz

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830 Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi 04543-900 - São Paulo, SP, Brasil

Tel: (5511) 2573-3000 Fax: (5511) 2573-5780 www.ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Aeroportos Brasil Viracopos S.A.** Campinas - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

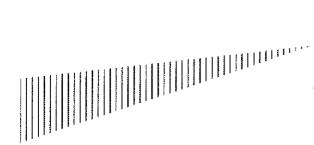
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião



■ Ernst & Young Terco

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras é considerada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 22 de março de 2013

ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes S.S. CRC 2SP015199/0₂6

Luciano Neris

Contador CRC-1PA007729/O-8-S-SP

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP-249186/O-5

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Ativo			Não auditado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	109.628	1
Clientes	5	19.860	<u>.</u>
Estoques	•	1.446	_
Partes relacionadas	16	3.410	
Impostos a recuperar	6	4.039	-
Despesas antecipadas	7	4.278	-
Outros ativos circulantes		203	<u>.</u>
Total do ativo circulante	_	142.864	1
Não circulante			
Depósitos e cauções		194	=
Impostos a recuperar	6	2.576	-
Impostos diferidos	18	16.198	-
Investimentos	8	10	-
Imobilizado	9	1.206	-
Intangivel	10	2.588.430	-
Total do ativo não circulante		2.608.614	•
Total do ativo	-	2.751.478	1

Enio de Carvalho
CRC RJ 040600/0-0
CPF 502.812.597-04

Roberto Figueiredo Guimarães Diretor Administrativo Financeiro Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Passivo	Hota	31/12/2012	Não auditado
Circulante			Nao auditado
Empréstimos e financiamentos	13	32	
Salários e encargos sociais	11	1.246	
Fornecedores	• • •	9.635	-
Impostos a recolher	12	10.802	•
Outorga a pagar	14	136.414	<u>-</u>
Partes relacionadas	16	64.581	-
Taxas aeroportuárias	17	11.059	-
Outros passivos circulantes	11	3.138	-
Total do passivo circulante	-	236.907	
Não circulante		230.307	-
Empréstimos e financiamentos	13	47.896	
Outorga a pagar	14	2.181.074	-
Total do passivo não circulante	'-	2.228,970	
Patrimônio líquido	20	2.220.510	•
Capital social	20	317.043	4
Adiantamento para futuro aumento capital		317.043	1
Prejuízos acumulados			39
Total do patrimônio líquido	-	(31.481)	(39)
rotal do patiliforno liquido		285.601	1
Total do passivo e patrimônio líquido	-	2.751.478	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enio de Carvalho CRC RJ 040600/0-0 CPF 502.812.597-04

Roberto Figueiredo Crimarães
Diretor Administrativo Ananceiro
Aeroportos Brasil Viracapos S.A.

Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2012
Receita operacional líquida Custo dos serviços prestados	22 23 _	262.764 (248.446)
Lucro bruto		14.318
Receitas (despesas) operacionais Despesas gerais e administrativas Receitas financeiras Despesas financeiras	24 25 25 _	(18.776) 4.243 (47.425) (61.958)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	_	(47.640)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos Prejuízo do exercicio	18 _	16.198 (31.442)
Quantidade de ações		91.320.917
Prejuizo básico e diluído por ação - R\$	21 _	(0,3443)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enio de canzelo. Enio de Carvalho CRC RJ 040600/O-0 CPF 502.812.597-04

Roberto Figueiredo Guimarães Diretor Administrativo financeiro Aeroportos Brasil Viracepos S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

	31/12/2012
Prejuízo do exercício	(31.442)
Outros resultados abrangentes	
Total de resultados abrangentes do exercício	(31.442)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enio de Carvalho CRC RJ 040600/0-0 CPF 502.812.597-04

Roberto Figueiredo Glimarães Diretor Administrativo Financeiro Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

		Capital social	:	Adiantamento		
	Subscrito	Subscrito A integralizar Integralizado	Integralizado	para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Não auditado)	←	•	~	36	(38)	~
Transações de capital com os sócios: Subscrição e anorte de capital em 24/05/12	435.512	(391.961)	43,551	ı		43,551
Anorte de capital em 15/08/12	•	90.632	90.632	•	•	90.632
Aporte de capital em 25/09/12	•	92.640	92.640	ì		92.640
Aporte de capital em 28/11/12	•	58.186	58.186	•		58.186
Aporte de capital em 28/12/12	•	32.033	32.033	•		32.033
Prejuízo do exercício	•			ı	(31.442)	(31.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	435.513	(118.470)	317.043	39	(31.481)	285.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

this de lawz flo.
Enio de Carvalho
CRC RI 040600/0-0
CPF 502.812.597-04

Roberto Figueiredo Guinarães Firetor Administrativo Financeiro eroportos Brasil Viracopos S.A.

1

Demonstração dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

Elipson do coivo dos etividades accessiones	31/12/2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais Prejuízo do exercício	(0.4.4.0)
Ajuste para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado nas atividades operacionais	(31.442)
Depreciações e amortizações	2.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.088
Atualização monetária da outorga a pagar	(16.198)
Recomposição do ajuste a valor presente da outorga a pagar	31.799 15.577
Juros reconhecidos e não pagos	32
The second of the page of	2.856
Variações nos ativos operacionais	2.000
Clientes	(19.860)
Estoques	(1.446)
Partes relacionadas	(3.410)
Impostos a recuperar	(6.615)
Despesas antecipadas	(4.278)
Depósitos e cauções	(194)
Outros ativos	(203)
Variações nos passivos operacionais	(200)
Salários e encargos sociais	1,246
Fornecedores	9.635
Impostos a recolher	10.802
Partes relacionadas	64.581
Taxas aeroportuárias	11.059
Adiantamentos de clientes	3.138
Outorga a pagar	2.362
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	69.673
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Investimento em controladas	(10)
Aquisição de bens do imobilizado	(1.2 5 3)
Aquisição de intangível	(323.721)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(324.984)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Integralização de capital	317.042
Captação de empréstimos e financiamentos	50.000
Custos de transação para captação de empréstimos e financiamentos	(2.104)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	364.938
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	109.627
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do exercício	1
No fim do exercício	109.628
A	
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	109.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enio de Carvalho CRC RJ 040600/O-0 CPF 502.812.597-04

Roberto Figueiredo Guimarães Direter Administrativo Financeiro Aeroportos Brasil Viracepes S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

	31/12/2012
Receita gerada:	269.466
Receita de serviços prestados	47.231
Receita de construção – OCPC 05	222.235
Insumos adquiridos de terceiros:	(253.257)
Custos dos serviços prestados	(19.636)
Custos de construção – OCPC 05	(222.235)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.386)
Valor adicionado bruto	16.209
Depreciação e amortização	(3.089)
Valor adicionado líquido	13.120
Valor adicionado recebido em transferência	4.243
Receitas financeiras	4.243
Valor adicional total a distribuir	17.363
Distribuição do valor adicionado	17.363
Pessoal	8.794
Remuneração direta	7.912
Beneficios	547
FGTS	335
Impostos, taxas e contribuições	(7.870)
Federais	(10.208)
Estaduais	4
Municipais	2.334
Remuneração de capital de terceiros	47.881
Despesas financeiras	47.425
Aluguéis	456
Remuneração de capitais próprios	(31.442)
Prejuízo do exercício	(31.442)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enio de Carvalho CRC RJ 040600/0-0 CPF 502.812.597-04

Roberto Figueiredo Guimarães Direter Administrativo Financeiro Aeroportes Brasil Viracepos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Companhia foi constituída em 25 de julho de 2011 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com a denominação social de "Santa Clara Participações e Investimentos S.A.", tendo por objeto a participação, como sócio ou cotista em sociedades empresariais ou civis e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e no capital de outras sociedades.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2012, a razão social da Companhia foi alterada para Aeroportos Brasil Viracopos S.A. ("Viracopos" ou "Companhia"), e na Assembleia Geral Extraordinária de 24 de maio de 2012, foi alterado objeto social para uma sociedade de propósito específico (SPE) tendo como objeto específico e exclusivo, nos termos do Edital de Concorrência Pública Internacional de número 002/2011 ("Leilão"), e do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), as seguintes atividades:

- i. a prestação de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado no Município de Campinas, Estado de São Paulo;
- ii. a constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades econômicas que gerem receitas não tarifárias compreendidas no seu objeto, que de acordo com o contrato de concessão sejam descentralizadas;
- iii. a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto;

iv. o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

Em 14 de junho de 2012, a Companhia assinou com a ANAC o contrato de concessão para a expansão, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas por 30 anos.

A Companhia tem os seguintes acionistas: (i) Aeroportos Brasil S.A. (acionista privado), que detém 51% de participação; e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49% de participação. Essa participação acionária foi determinada através do acordo de acionistas celebrado em 24 de maio de 2012.

N

10

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

O acionista privado formado pelas empresas vencedoras do certame licitatório do Leilão possui a seguinte composição acionária: Triunfo Participações e Investimentos S.A. com 45%; UTC Participações S.A. com 45%; e Egis Airport Operation com 10%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Companhia pagará à União, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente Concessão, contribuição fixa anual no montante R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA calculado pelo IBGE, totalizando o montante de R\$3.821 milhões. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais. Caso exceda a um determinado nível fixado no contrato, esse percentual será de 7,5% sobre o excedente.

Nos termos do contrato de concessão, a Companhia assume todas as responsabilidades e encargos relacionados à elaboração dos projetos e execução das obras e serviços necessários à conclusão da infraestrutura para a exploração do aeroporto, exceto pelas obras do poder público identificadas no anexo 3 do Contrato de Concessão.

A concessão para exploração será extinta nos casos de: (a) término da vigência do contrato; (b) retomada da concessão pelo poder público durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização; (c) caducidade da concessão; (d) rescisão do contrato; (e) anulação do contrato; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Os investimentos no Aeroporto iniciaram em agosto de 2012, com o objetivo de entregar o segundo terminal com capacidade para 14 milhões de passageiros, pontes de embarque para 28 aeronaves, e estacionamento para os usuários até maio de 2014, aproximadamente 22 meses. O investimento estimado para esta fase é de R\$2,2 bilhões¹, sendo estes recursos obtidos por meio de financiamento com instituições financeiras e capital próprio da Companhia. Em 14 de novembro de 2012, iniciou-se o estágio 3 do contrato de concessão quando a concessionária passou a operar o aeroporto com acompanhamento da INFRAERO, ficando sob sua responsabilidade as receitas, despesas e riscos das atividades do aeroporto.

Em 26 de dezembro de 2012 a Companhia firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES pelo qual foi aberto crédito no valor de R\$1.192 milhões destinado às obras emergenciais, implantação do novo terminal de passageiros e outros investimentos previstos no contrato de concessão.

1 er

¹ Valor não auditado pelos auditores independentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de março de 2013.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações, a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não totalizar precisamente os valores apresentados.

3. Políticas contábeis

3.1. Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

1

10.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.2. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas da prestação de serviços são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos ao contratante ou usuários. Uma receita não é reconhecida quando há alguma incerteza quanto a sua realização.

Receitas tarifárias:

a) <u>Tarifa de embarque, desembarque e conexão:</u>

São os valores cobrados referentes aos serviços prestados, instalações e facilidades disponibilizadas para os passageiros e companhias aéreas.

b) Tarifa de pouso:

É o valor cobrado referente aos serviços prestados, equipamentos, instalações e facilidades proporcionadas às operações de pouso, decolagem, rolagem e permanência das aeronaves.

c) Tarifa de permanência:

É o valor cobrado referente aos serviços prestados, equipamentos, instalações e facilidades proporcionadas às operações de permanência no pátio de manobras e na área de estadia do aeroporto a partir de três horas de pouso.

d) <u>Tarifa de armazenagem:</u>

É o valor cobrado referente aos serviços prestados de armazenamento, guarda e controle de mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto.

e) Tarifa de capatazia:

É o valor cobrado referente aos serviços prestados de movimentação e manuseio das mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto.

Receitas não tarifárias:

A concessionária poderá obter receitas não tarifárias em razão da exploração de atividades econômicas acessórias, nos termos do contrato, diretamente por meio de subsidiária integral ou mediante contratação de terceiros.

No

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.2. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de iuros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "receita financeira", na demonstração do resultado.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a concessionária deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do aeroporto, e conforme requerido pelo OCPC 05 — Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível.

Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços.

3.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço de acordo com a receita tributável gerada.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração da companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

E. C.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.3 Impostos--Continuação

Impostos diferidos

Imposto de renda e contribuição social sobre lucros diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis (CPC 32).

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízos fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributaria) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade e sujeitos a mesma autoridade tributária.

M

11

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros mantidos para venda conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, clientes, impostos a recuperar e depósitos e cauções. A Companhia classifica seus instrumentos na categoria empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não há instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, incluindo eventuais juros acruados no saldo. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

4

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

- 3.4. Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação
 - i) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e
- (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo;
- (b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo;

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro da Companhia, de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimado.

de de

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

i) Ativos financeiros-Continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo com contrapartida no resultado, e ou empréstimos e financiamentos conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os passivos financeiros da Companhia correspondem a contas a pagar a fornecedores, outorga a pagar, outras contas a pagar, impostos a recolher e empréstimos e financiamentos.

Não há na data dos balanços instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

1

Za.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

A Companhia registrou o ajuste a valor presente sobre o valor da outorga a pagar, referente à concessão do aeroporto de Viracopos. Como premissa para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia utilizou como taxa de desconto a nota do tesouro nacional a NTN-B com vencimento para 2045 com taxa de remuneração de 4,18% a.a.

3.6. Imobilizado

Bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição, os custos dos ativos incluí os encargos financeiros, despesas imputáveis, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimadas dos ativos.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo serão capitalizados somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A baixa de imobilizado é realizada mediante a venda de um bem ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

N.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, na data do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador receber o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (aeroporto) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão serão entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

De acordo com o OCPC 05 - item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo da concessão. O cálculo indicado é pela curva de demanda, porém, a estimativa da curva de amortização deve oferecer razoável confiabilidade, caso contrário, o método de linha reta (amortização linear) passa a ser o mais recomendado.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis da concessão do aeroporto é com base na curva de movimentação de passageiros/cargas (workload unit — WLU) projetadas até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estarão alinhadas e reconhecidas consistentemente durante prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis que fluirão para a companhia e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

Ze.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.7. Ativos intangíveis--Continuação

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

Contratos de concessão – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)

Para a aplicação do ICPC 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento do contrato de concessão à norma:

- a) o poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- b) o poder concedente controla por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

A Companhia entende que os dois requisitos foram atendidos para a aplicação do ICPC 01.

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contrato de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

V Dr

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.7. Ativos intangíveis--Continuação

Contratos de concessão – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)--Continuação

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01 não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do poder concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de cobrar os usuários do aeroporto.

Serviços de construção que representam potencial de geração de receita adicional

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, conforme OCPC 05, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados. Os compromissos de construção estão detalhados na Nota 15.

Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção. Com base neste cenário, a Companhia determinou impraticável a definição de margem com relação às receitas de construção.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Zev.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.8. Obrigação da concessão (concessão onerosa)

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Companhia pagará à poder concedente contribuição fixa anual, reajustado anualmente pelo IPCA, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais, conforme descrito na Nota 15.

3.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia apenas se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Nr.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-Continuação

Amortização do ativo intangível

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as curvas de benefícios econômicos esperados ao longo dos prazos de concessão do aeroporto, tendo sido adotadas as curvas movimentações de passageiros/cargas (workload unit — WLU) estimadas como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados da WLU. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção dessa curva que são periodicamente reavaliados pela Administração.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia pode constituir provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

h

El.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-Continuação

Valor Justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia pode reconhecer provisão para causas tributárias cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

3.11. Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

3.12. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.12. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros-Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Na data do balanço não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

3.13. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, as aplicações financeiras normalmente se qualificam como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação e as características quanto ao risco e remuneração são similares.

A companhia mantém aplicações financeiras em renda fixa compromissadas de liquidez imediata, constituída pelos valores dos aportes dos acionistas para manter os compromissos contratados junto a fornecedores de bens e serviços.

3.14. Contas a receber de clientes

Estão apresentados ao valor justo, sendo que o contas a receber de clientes no mercado externo, estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Com base na avaliação da Administração da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, não foi necessária constituição de provisão para créditos com liquidação duvidosa.

7

24.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.15. Despesas antecipadas

Referem-se aos prêmios de seguros pagos antecipadamente, sendo lançadas no resultado mensalmente de acordo com a vigência dos contratos de seguros.

3.16. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e cujas aplicações passam a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013:

- IAS 1 (R) Apresentação das Demonstrações Financeiras
- IAS 19 (R) Benefícios a Empregados
- IAS 27 (R) Demonstrações Consolidadas e Separadas
- IAS 28 (R) Investimentos em Coligada e em Controlada
- IFRS 1 (R) Adoção Inicial das IFRS
- IFRS 7 (R) Instrumentos Financeiros: Divulgação
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração
- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas
- IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos
- IFRS 12 Divulgações de Participações em Outras Entidades
- IFRS 13 Mensurações do Valor Justo

Os pronunciamentos acima serão adotados também pelo CPC, e a Companhia espera que a adoção dos mesmos não tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
		(Não auditado)
Caixa e bancos	2.407	1
Aplicações em renda fixa	107.221	-
	109.628	1

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente e por aplicações em renda fixas compromissadas, sem o risco de mudança significativa de valor, possuem liquidez imediata e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

J.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Clientes

Refere-se a saldos de títulos em aberto dos serviços prestados pela concessionária de 14 de novembro a 31 de dezembro de 2012.

	31/12/2012	31/12/2011
	· ·	(Não auditado)
Teca correntista (a)	8.116	
Embarque e conexão (b)	6.499	
Pouso, decolagem e permanência (c)	3.879	-
Locação de espaços (d)	672	
Estacionamento (e)	498	-
Outras (f)	196	-
Total	19.860	

- (a) Recebíveis dos serviços de armazenagem, capatazia, acessórios, movimentação de mercadoria, logisticas e congêneres e respectivos serviços de apoio.
- (b) Contas a receber dos serviços aeroportuários para passageiros de embarque, conexões e respectivos serviços de apoio.
- (c) Recebíveis dos serviços aeroportuários de pouso, decolagem e permanência de aeronaves.
- (d) Valor a receber referentes à locação de espaços.
- (e) Contas a receber não tarifária dos pátios de estacionamento de veículos terrestres.
- (f) Valores a receber provenientes de confecção de crachás, posto médico e outros.

6. Impostos a recuperar

	31/12/2012	31/12/2011
	·	(Não auditado)
PIS/COFINS/CSLL-Lei 10.833/2003	4.800	-
IRRF s/ aplicações financeiras	1.552	-
ISS a Compensar	237	-
Outros	26	-
Total	6.615	
Circulante	4.039	-
Não circulante	2.576	-
Total	6.615	-

7. Despesas antecipadas

O saldo de despesas antecipadas no montante de R\$ 4.278 está representado por gastos referente à contratação de seguros, sendo a despesa reconhecida *pro rata temporis* de acordo com o período de vigência dos contratos conforme Nota 28.

24.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos

Em 07 de novembro de 2012 foi constituída a companhia Viracopos Estacionamentos S.A, uma subsidiária integral da Companhia para explorar as atividades de estacionamento no aeroporto de Viracopos. O capital subscrito é de R\$ 100, sendo integralizado pela Companhia o montante de R\$ 10 e o restante em até 90 dias de acordo com o contrato de constituição. A participação societária na controlada será incluída na demonstração do resultado como equivalência patrimonial. Em 2012 não houve movimento na controlada, os registros foram somente do capital inicial, dessa forma, não apresentamos as demonstrações financeiras consolidadas.

9. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2011	Adições	31/12/2012
		(Não auditado)		
<u>Custo</u>				
Equipamentos de processamento de dados		-	572	572
Móveis e utensilios		-	272	272
Benfeitorias em propriedade de terceiros			202	202
Veículos		-	140	140
Máquinas e equipamentos	_	-	67	67
	-	-	1.253	1.253
Depreciação acumuladas				
Equipamentos de processamento de dados	20%	-	(29)	(29)
Móveis e utensílios	10%	-	(3)	(3)
Veículos	20%	-	(14)	(14)
Máquinas e equipamentos	20%	-	(1)	(1)
	_	-	(47)	(47)
Total	-	-	1.206	1.206

7

1/0

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

	Taxa anual de			
	amortização	31/12/2011	Adições	31/12/2012
		(Não auditado)		
<u>Custo</u>		·		
Outorga – Direito da concessão		-	2.267.750	2.267.750
Projetos de engenharia e obras durante a				
concessão		=	311.622	311.622
Licença ambiental		=	10.377	10.377
Implantação do ERP		-	1.108	1.108
Marcas e patentes		-	62	62
Capitalização de encargos financeiros		-	32	32
Softwares	_	-	520	520
		-	2.591.471	2.591.471
Amortização acumuladas				
Outorga – Direito de concessão	(*)	-	(2.329)	(2.329)
Projetos de engenharia e obras durante a				• •
concessão	(*)	-	(248)	(248)
Licença ambiental	3,33%	-	(453)	(453)
Softwares	3,33%	-	(9)	(9)
Marcas e patentes	3,33% _		(2)	(2)
Total	_	<u> </u>	(3.041)	(3.041)
Total		-	2.588.430	2.588.430

^(*) Amortização efetuada pela curva de movimentação do ativo "workload unit - WLU".

11. Salários e encargos sociais

	31/12/2012	31/12/2011
		(Não auditado)
Salários e encargos sociais	603	-
Provisão de férias e encargos sociais	643	-
Total	1.246	



Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Impostos a recolher

	31/12/2012	31/12/2011
		(Não auditado)
PIS/COFINS s/ faturamento	3.784	-
ISS terceiros	2.263	-
ISS s/ faturamento	1.462	-
IRRF terceiros	893	-
PIS/COFINS/CSLL terceiros	795	-
IRRF s/ folha de pagamento	638	-
CIDE s/ remessa de câmbio	614	-
INSS terceiros	335	-
IOF s/ remessa de câmbio	18	-
Total	10.802	-

13. Empréstimos e financiamentos

Em 26 de dezembro de 2012 a Companhia firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES para a obtenção de linha de crédito de R\$1.192 milhões, o chamado "empréstimo ponte", para construir um novo terminal de passageiros até maio de 2014, conforme previsto no contrato de concessão, totalmente pronto, equipado e com capacidade mínima de 14 milhões de passageiros/ano.

Tal linha de crédito tem vencimento em janeiro de 2014, quando os valores liberados deverão ser quitados, atualizados à taxa nominal TJLP acrescida de juros de 2,4% a.a.. Os encargos financeiros são exigidos trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de 2013 e janeiro de 2014. Após o vencimento e liquidação desta linha de crédito, será firmado junto ao BNDES o financiamento de longo prazo.

As liberações dos financiamentos serão realizadas em partes, de acordo com solicitações junto ao BNDES, e os valores precisam de comprovações dos gastos com as obras.

Como garantia para o pagamento e a quitação do empréstimo, foi contratado junto a instituições financeiras fiança com as seguintes comissões: fiança: 1,85% a.a., disponibilidade de linha: 0,010% a.a. e estruturação 0,5% *up front.* Também fizeram parte do custo, o estudo de viabilidade do BNDES e os gastos com registro do contrato.

11

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Do valor total do contrato foi liberado o montante de R\$ 50.000 em 28 de dezembro de 2012 como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
		(Não auditado)
Liberação BNDES	50.000	-
Juros	32	-
Custo dos empréstimos	(2.104)	-
	47.928	
Circulante	32	_
Não circulante	47.896	_
	47.928	-
		

14. Outorga a pagar

A Companhia registrou outorga a pagar para a União decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da sua concessão, descontado a valor presente à taxa de 4,18% ao ano.

A taxa utilizada refere-se à remuneração do título do Tesouro Nacional NTN-B com vencimento para 2045, considerado como "papel" livre de risco.

A contabilização da outorga da concessão consta das demonstrações financeiras nas seguintes rubricas:

	31/12/2012	31/12/2011
		(Não auditado)
Ativo intangível - Direito de concessão	2.265.421	•
Custos dos serviços prestados	4.691	-
Despesas financeiras	47.376	-
Obrigação contrato de concessão	2.317.488	-
Total no circulante	136.414	-
Total no não circulante	2.181.074	-
Obrigação contrato de concessão	2.317.488	<u> </u>

1

The.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Compromissos das concessões

Principais pontos do contrato de concessão

Objeto

Concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Complexo Aeroportuário, a ser implementada nas seguintes fases:

- ii) FASE I-A Transferência das operações do Aeroporto da INFRAERO para a Concessionária;
- iii) FASE I-B Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços;
- iv) FASE I-C Expansão aeroportuária e de adequação total à infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária PEA;
- v) FASE-II Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA.

<u>Vigência</u>

A vigência do Contrato será pelo prazo de 30 anos, sendo contado a partir da sua Data de Eficácia (11/07/2012), podendo ser prorrogado por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de Revisão Extraordinária.

Valor do contrato

O valor do Contrato, correspondente ao valor presente das Receitas Tarifárias e Não-Tarifárias estimadas para todo o prazo da concessão é de R\$ 12.983.951. De acordo com o contrato, este valor tem efeito meramente indicativo, não podendo ser utilizado por nenhuma das partes para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Da contribuição ao sistema

A Concessionária se obriga a pagar à União a Contribuição Fixa e a Contribuição Variável, sendo:

A Ma

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Compromissos das concessões--Continuação

Contribuição fixa

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Companhia pagará à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente a R\$3.821 milhões, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão.

Contribuição variável

Paga anualmente resultante da aplicação de alíquota de 5% sobre a totalidade da Receita Bruta da Concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais e 7,5% sobre a Receita Bruta que exceder os valores estipulados no contrato de concessão na cláusula 2.15.1.

Bens integrantes da concessão

- vi) Entregues pela União, conforme inventário constante do Termo de Aceitação Definitiva e de Permissão de Uso de Ativos;
- vii) A serem construídos pelo Poder Público (obras de responsabilidade da INFRAERO);
- viii) Adquiridos pela Concessionária para a Exploração Aeroportuária.

Custo e receitas de construção

Estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita de construção	222.235	
Custo de construção	222.235	<u> </u>
	_	-

7

Zev.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas

As principais transações e saldos entre partes relacionadas em 31 de dezembro de 2012 estão demonstradas a seguir:

_	;	31/12/2012			31/12	2/2011	
	Ativo intangível	Outros ativos	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Prestação de serviço: Conscrio Construtor Viracopos	287.233	-	52.893	-	-	-	-
Adiantamento Consórcio Construtor Viracopos	-	3.392	-	-	-	-	-
Outros							
Viracopos Estacionamentos S.A	-	18	-	-	_	-	_
INFRAERO	-	-	9.047	(7.733)	-	-	_
Egis Airport Operation	4.542		2.641		-	-	-
Total	291.775	3.410	64.581	(7.733)	-	-	-

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições similares àquelas, quanto a prazos, preços e condições, que seriam realizadas com terceiros.

O Consórcio Construtor Viracopos é formado pela Construtora Triunfo S.A. e Constran S.A.. Com este consórcio a Companhia firmou dois contratos: o primeiro em 28 de agosto de 2012, para prestação de serviços e fornecimentos preliminares (obras emergenciais de melhoria e apoio de engenharia), e o segundo em 01 de novembro de 2012, para a implementação do novo terminal do aeroporto de Viracopos na modalidade de contrato de prestação de serviços e fornecimentos em regime de empreitada global sob a modalidade *EPC – Turn Key Lump Sum – obras pertinentes a fases I-B do contrato de concessão.*

A remuneração do pessoal chave da administração, é como segue:

	31/12/2012
Remuneração da diretoria executiva	1.990
Honorários dos conselheiros	641
Total	2.631

Não existe na Companhia um plano de bonificação adicional aos honorários dos membros do conselho de administração ou da diretoria executiva.



Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Taxas aeroportuárias

	<u>31</u> /12/2012	31/12/2011
		(Não auditado)
Adicional de Tarifa Aeroportuária - ATAERO Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea	11.023	-
em Rota - PAN Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação	30	-
Aérea em Área de Controle de Aproximação - PAT	6	
	11.059	-

18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	31/12/2012
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social Adições	(47.640)
Recomposição do ajuste ao valor presente do ativo intangível	15.577
Amortização do ativo intangível pela curva de demanda WLU- Workload Unit	2.329
Atualização pelo IPCA da outorga a pagar (descontada a valor presente) (concessão)	31.79 9
Exclusões	49.705
Amortização do ativo intangível pelo método linear	(63.684)
Atualização pelo IPCA da outorga a pagar	(200.570)
	(264.254)
Prejuízo fiscal apurado e base negativa da contribuição social	(262.189)
Importo do rende a contribuição a callabora	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre:	
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	89.144
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre: Provisões temporariamente não tributáveis:	89.144
Diferença em taxa de amortização do ativo	20.861
Recomposição do ajuste ao valor presente do ativo intangível	(5.296)
Diferença em atualização pelo IPCA da outorga a pagar	57.381
Total to the second of	72.946
Total imposto de renda diferido ativo	16.198

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional.

J. Z4.

36

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia figura como 3º reclamada em uma única reclamação trabalhista (terceiros), proposta pelo Sindicato dos Aeroviários em substituição aos 516 empregados da prestadora de serviço — RCM Serviços Auxiliares de Transportes Aéreos Ltda. (1º reclamada), empresa que teve como tomadora de serviços a INFRAERO (2º reclamada) no período de 23 de agosto de 2010 a 30 de dezembro de 2012. A responsabilidade solidária requerida é pelo fato da Companhia ter assumido a administração do aeroporto em 14 de novembro de 2012 na vigência do contrato de prestação de serviço da RCM. O valor estimado da causa é de R\$ 3 milhões.

Os assessores legais da Companhia indicaram como prognóstico de perda "possível", dessa forma, em 31 de dezembro de 2012 não foi constituída nenhuma provisão para contingências nas demonstrações financeiras.

20. Patrimônio líquido

Capital social

A Companhia foi constituída em 25 de julho de 2011 conforme AGE realizada nessa data com o capital social inicial de R\$1, com a razão social de Santa Clara Participações e Investimentos S.A.

Em 11 de maio de 2012, a Companhia através de Reunião da Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento de seu capital social, subscrevendo 222.110.630 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pela Aeroportos Brasil S.A., sendo integralizado o valor parcial de R\$22.211.

No mesmo ato a razão social foi alterada para Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Em 24 de maio de 2012, através de Reunião da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social e subscritas 213.401.370 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, sendo integralizado o valor parcial de R\$ 21.340.

No mesmo ato o objeto social foi alterado e passou a ter específica e exclusivamente a atribuição, nos termos do Edital do leilão e do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC"), para prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado no município de Campinas, Estado de São Paulo, além de outros objetos secundários.

1

M

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social -- Continuação

Segue abaixo a composição acionária em 31 de dezembro de 2012:

Ações subscritas

Acionistas	Número de ações subscritas	Valores em R\$ mil	Participação (%)
Aeroportos Brasil S.A. Empresa Bras. Infraestrutura Aeroportuária INFRAERO	222.111.630	222.112	51
Total	213.401.370 435.513.000	213.401 435.513	100

Ações Integralizadas

Acionistas	Número de ações subscritas	Valores em R\$ mil	Participação (%)
Aeroportos Brasil S.A. Empresa Bras. Infraestrutura Aeroportuária	161.692.583	161.692	51
INFRAERO	155.350.737	155.351	49
Total	317.043.320	317.043	100

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas datada de 11 de maio de 2012, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei de Sociedade por Ações, até o limite de R\$888.968 por deliberação do Conselho de Administração.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a aplicação de 5% do lucro do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei 6404/76 alterada pela Lei 11.638/2007.

Adiantamento para futuro aumento de Capital

A Companhia apresenta o valor de R\$ 39, referente aos gastos incorridos pelos acionistas para constituição da Companhia.

1 =4.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Prejuízo por ação

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores e ações disponíveis da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias integralizadas no período.

Não houve transações envolvendo ações que pudessem afetar a diluição das ações, desta forma, o prejuízo básico e diluído são similares.

	31/12/2012
Prejuízo do exercício Média ponderada de ações	(31.442) 91.320.917
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,3443)

22. Receita operacional líquida

	31/12/2012
Receita operacional bruta de serviços	
Pouso doméstico	1.670
Pouso internacional	1.767
Permanência doméstica	237
Permanência internacional	257
Embarque doméstico	5.826
Embarque internacional	106
Terminal de carga - TECA	33.651
Receita de conexão	1.546
Receitas comerciais	2.171
	47.231
Receita de construção	222.235
	269.466
Impostos incidentes sobre receitas	(6.702)
Receita operacional líquida	262.764



Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Custos dos serviços prestados

	31/12/2012
Serviços contratados e locações	(11.422)
Gastos com pessoal e encargos sociais	(3.427)
Depreciação e amortização	(3.058)
Seguros e garantias	(2.741)
Outorga concessão – Parcela variável	(2.362)
Materiais de consumo	` (403)
Utilidades e serviços públicos	(122)
Outros	(2.676)
	(26.211)
Custos de construção	(222.235)
	(248.446)

24. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2012
Serviços contratados e locações	(10.613)
Gastos com pessoal e encargos sociais	(5.135)
Honorários e pró-labores de conselheiros	(1.888)
Despesas gerais e representações	(632)
Materiais de consumo	(294)
Depreciação e amortização	(31)
Utilidades e serviços públicos	(161)
Outras	(22)
Total	(18.776)

25. Resultado financeiro, líquido

Receitas financeiras	31/12/2012
Rendimentos de aplicações financeiras Variações monetárias ativas	4.239 4
Despesas financeiras	4.243
Atualização monetária (IPCA) - outorga	(31.799)
Recomposição do ajuste a valor presente-outorga Comissões e despesas bancárias	(15.577) (44)
Outros	(5)
Total	(47.425)
Iotal	(43.182)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 38, 39 e 40.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor	Contábil	Valor Justo	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.407	1	2.407	1
Aplicações financeiras vinculadas	107.221	-	107.221	-
Contas a receber	19.860	_	19.860	-
mpostos a recuperar	6.615	-	6.615	_
Depósitos e cauções	194	-	194	_
Total	136.297	1	136.297	1
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	47.928	-	47.928	-
omecedores	9.635	-	9.635	-
Salários e encargos sociais	1.246	_	1.246	_
mpostos a pagar	10.802	-	10.802	-
Outorga a pagar	2.317.488	-	2.317.488	-
Outras obrigações	3,138	-	3,138	-
otal	2.390.237	-	2.390.237	_
	(2.253.940)	-	(2.253.940)	_

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outros ativos e passivos se aproximam de seu respectivo valor contábil.

1

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2012 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos três cenários diferentes. Com base no valor da TJLP vigentes em 31 de dezembro de 2012, foram definidos o cenário provável para o ano de 2012 e a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

		Cenario		
Operação	Risco	provável (l)(*)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	7,25%	5,44%	3,63%
R\$107.221 (**)		7.774	5.833	3.892

(*) Fonte BACEN

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos três cenários diferentes. Com base no valor da TJLP e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2012, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2012 e a partir deste calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos dos contratos programados para 2012. A data base utilizada para os financiamentos e a concessão foi 31 de dezembro de 2012 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

N El

^(**) Saldos em 31 de dezembro de 2012 aplicados em CDB e Fundos DI

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

		31/12/2012		
Operação	Risco	Cenário Provável(I)(*)	Cenário II	Cenário III
BNDES – Aeroporto R\$50.032 (**)	TJLP	2.752	3.442	4.128
Taxa/Índice sujeitos às variações	TJLP	5,50%	6,88%	8,25%
(*) Fonte BACEN				

(**) Saldos em 31 de dezembro de 2012

	_	31/12/2012		
Operação	Risco	Cenário Provável(I)(*)	Cenário II	Cenário III
Outorga – Concessão	IPCA	135.341	169.177	203.012
R\$ 2.317.488 (**) Taxa/Índice sujeitos às variações	IPCA	5,84%	7,30%	8,76%

(*) Fonte IBGE

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.



^(**) Saldos em 31 de dezembro de 2012

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

- e) Risco de mercado
- i) Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.
- ii) Risco de taxas de câmbio: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de cambio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.
- f) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

g) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das atividades aeroportuárias. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza ou outros, importa ressaltar que a Companhia encontram-se cobertas com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura e a capacidade de obter recursos via captação de financiamentos no mercado demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no contrato de concessão. Consideramos que a Companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

h) Operações com derivativos

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2012 operações com derivativos.

Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

1

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de capital--Continuação

A Companhia controla sua estrutura de capital nesta fase inicial das suas operações adequando-a as condições econômicas atuais. A Companhia monitora sua alavancagem financeira, considerando prazos de dívidas, liquidez e inclui dentro da estrutura de dívida liquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e financiamentos (Nota 13)
Outorga a pagar (Nota 14)
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)
Dívida líquida
Patrimônio líquido (Nota 20)
Total do capital
Índice de alavançagem finançeira - %

31/12/2012	31/12/2011		
47.928	-		
2.317.488	-		
(109.628)	1		
2.255.788			
317.043	1		
612%	-		

27. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2012, e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos.

O principal instrumento financeiro da Companhia está representado por aplicação financeira - classificada como equivalentes de caixa (vide Nota 4).

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

28. Coberturas de seguros

A Companhia contratou, por força do contrato de concessão, coberturas de seguros nas seguintes modalidades:

<u>Garantia de Execução Contratual</u> - tem como objeto garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações contraídas pela Concessionária perante o Poder Concedente.

<u>Seguro de Responsabilidade Civil Geral</u> - tem como objeto reembolsar o segurado das quantias pelas quais vier a ser responsável civilmente relativa à reparação por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros.



Ni Ni

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Coberturas de seguros--Continuação

<u>Seguro de Responsabilidade Civil de Proprietários e Operadores de Aeroportos</u> - tem como objetivo reembolsar o segurado das quantias que vier a ser responsável civilmente relativas às reparações por danos corporais e/ou materiais, decorrente das operações.

<u>Seguro de Riscos Operacionais</u> - tem como objeto cobrir avarias, perdas e danos materiais decorrentes de acidentes de origem súbita e imprevista, causados aos itens do patrimônio.

Seguro de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil Geral para as obras emergenciais - tem como objetivo garantir o interesse legítimo do segurado, até o limite máximo da garantia prevista, contra danos físicos à propriedade tangível e pelas quais vier a ser responsável civilmente relativas à reparação por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros, referentes à execução de obras civis e instalação e montagem relativas ao Projeto de Obras Emergenciais a serem realizadas no Aeroporto de Viracopos.

<u>Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores</u> - D&O - tem como objetivo assegurar o patrimônio pessoal de executivos da Companhia, evitando perdas financeiras.

The same	Valor da importância	
Tipos de seguros	segurada	Prazo de vigência
Garantia de execução contratual	R\$649.197	23/05/2012 a 25/05/2013
Seguros de responsabilidade civil geral	R\$406.000	25/05/2012 a 25/05/2013
Seguro de responsabilidade civil de proprietários e operadores de		20/00/2012 0 20/00/2010
aeroportos	US\$500.000	25/05/2012 a 25/05/2013
Seguros de riscos operacionais	R\$482.335	25/05/2012 a 25/05/2013
Seguros de riscos de Engenharia	R\$70.000	30/08/2012 a 25/09/2013
Seguro de responsabilidade civil de administradores- D&O	R\$20.000	27/09/2012 a 27/09/2013

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

Tole.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Eventos subsequentes

Em 14 de fevereiro de 2013 encerrou-se o último estágio de transição entre a iniciativa pública e privada da concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos. A partir desta data a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos S.A. passou a responder integralmente pela operação do complexo.

A concessionária também passou a ser responsável por todas as atividades funcionais do aeroporto, como a gestão de recursos humanos, programas de segurança e vigilância, operação e manutenção do sítio aeroportuário, operação administrativa e comercial, além de conduzir a interação e comunicação com os demais envolvidos no dia a dia de Viracopos, como usuários, lojistas e agentes governamentais.

Enio de Carvalho
CRC RJ 040600/0-0
CPF 502.812.597-04

Roberto Figueiredo Gunnaries iretor Administrative Financeiro Aloportes Brasil Viracopes S.A.

